



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1765207 - SP (2020/0248850-2)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : DIRCE TIYE YAMADA
AGRAVANTE : MARIO MASSAHIKO YAMADA
ADVOGADOS : MARIANE REGINA CONEGLIAN - BA042518
OLIVERIO GOMES DE OLIVEIRA NETO - BA029329
MARINA MEISTER CABRINI GODIN RIBAS - BA047203
GABRIELA SANTOS PÓVOA - BA058677
SOC. de ADV : GIACOMOLLI, OLIVEIRA NETO & CONEGLIAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS
AGRAVADO : SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA
ADVOGADOS : JOSÉ ERCILIO DE OLIVEIRA - SP027141
ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - SP198905

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial com pedido de efeito suspensivo interposto por DIRCE TIYE YAMADA e MARIO MASSAHIKO YAMADA.

Os agravantes afirmam que, "diferentemente do que afirma o I. Relator, ao decidir de forma impugnada, o v. acórdão agravado incorreu em grave afronta ao artigo 3º, § 2º do CDC. Isso uma vez que, nos termos da própria jurisprudência desse Tribunal Superior, é irrefutável a possibilidade de atribuir a característica de consumidor final de produtos rurais aos adquirentes de insumos agrícolas, sendo, portanto, aplicável ao caso *sub judice* a definição contida no artigo 2º da norma protecionista" (fl. 227).

Alegam que "o risco de dano grave, de impossível reparação e que poderá atingir a qualquer das partes (dada a possibilidade de sucumbência por qualquer delas), se evidencia na medida em que se verifica que a lide de origem é demanda executiva, com expressivo valor, à qual foram opostos os competentes embargos do devedor, e que poderá, com o prosseguimento, acarretar o injusta expropriação de bens dos Agravantes, especialmente se tomado em conta que as assinaturas do primeiro Agravante no título executado são falsas, e que, ainda que não o fossem, ao menos no que tange à obrigação em face da segunda Agravante, esta inexistente, posto que a pessoa que assinou em seu nome não gozava de poderes para tanto" (fl. 230).

Requerem "seja admitido o recurso especial e, por conseguinte, determine a remessa do presente recurso ao Egrégio Tribunal de Justiça, atribuindo-se efeito suspensivo, nos termos do artigo 995 do Código de Processo Civil de 2015" (fl. 231).

É, no essencial, o relatório.

De acordo com o que prevê o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Ou seja, o deferimento do pedido de tutela provisória de urgência exige a presença simultânea de dois requisitos autorizadores: o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos apresentados no pedido; e o *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade de perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

Convém destacar ainda que "a concessão de efeito suspensivo a recurso especial cujo seguimento foi indeferido na origem somente se justifica, em caráter excepcional, se demonstrada forte possibilidade de êxito do recurso, associada ao *periculum in mora*" (AgRg na MC 18.760/SP, relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe de 15/10/2012).

Na espécie, os agravantes deixaram de demonstrar a iminência de ato expropriatório ou de perecimento do direito, não se justificando a concessão da liminar requerida.

Ante o exposto, indefiro o pedido de efeito suspensivo ao agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente